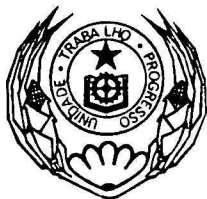


REPÚBLICA DE



CABO VERDE

# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 10 00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade de Praia.

O preço dos anúncios é de 100 e 150. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

## ASSINATURAS.

	Ano	Semestre
Para o País...	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países...	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO Por cada duas páginas...	400	

Os períodos de assinaturas continuam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

## SUMÁRIO

### CONSELHO DE MINISTROS:

#### Decreto-Lei n.º 10/86:

Extingue a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais, e cria uma Direcção-Geral de Administração no mesmo Ministério.

#### Decreto-Lei n.º 11/86:

Estrutura o Ministério da Administração Local e Urbanismo.

#### Decreto-Lei n.º 12/86:

Estrutura o Ministério da Informação, Cultura e Desportos.

#### Decreto-Lei n.º 13/86:

Fixa novos vencimentos aos Delegados do Governo dos concelhos de 1.ª e 2.ª classes.

#### Decreto n.º 14/86:

Renova a comissão ordinária de serviço do Camarada Luis Augusto Dias da Fonseca, no cargo de Director-Geral de Finanças.

#### Decreto n.º 15/86:

Renova a comissão ordinária de serviço do Camarada Francisco Correia, no cargo de Director-Geral das Alfândegas.

#### Decreto n.º 16/86:

Renova a comissão ordinária de serviço do Camarada Albertino Xisto Almeida, no cargo de Director-Geral do Instituto de Seguros e Previdência Social.

#### Decreto n.º 17/86:

Cria lugares no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

#### Despacho:

Homologando o Tribunal de Zona de Galinheiro, com sede na Região Judicial do Fogo.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Função Pública.

Ministério da Justiça:

Tribunal de Contas.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

## CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 10/86

de 5 de Abril

Ao abrigo da autorização legislativa concedida pelo n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 4/III/86, de 29 de Março;

No uso da faculdade conferida pela alínea f) do n.º 1 do artigo 75.º da Constituição, o governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

É extinta a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais.

#### Artigo 2.º

É criada no Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais a Direcção-Geral de Administração, (D.G.A.) serviço que passará a assegurar a execução das questões administrativas e financeiras do Ministério.

#### Artigo 3.º

1. Ao mapa III a que se refere o Decreto n.º 78/81, de 11 de Julho, é aditado um lugar de Director-Geral e eliminado o de Secretário-Geral.

2. O pessoal constante do mesmo mapa passa a integrar a Direcção-Geral de Administração.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*Pedro Pires — Irineu Gomes — Arnaldo França.*

Promulgado em 2 de Abril de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular.

**Decreto-Lei n.º 11/86**

**de 5 de Abril**

Tornando-se necessário dotar o Ministério da Administração Local e Urbanismo de uma estrutura mínima para o seu funcionamento;

Ao abrigo da autorização legislativa concedida pelo n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 4/III/86, de 29 de Março;

No uso da faculdade conferida pela alínea f) do n.º 1 do artigo 75.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º O Ministério da Administração Local e Urbanismo compreende:

- a) O Gabinete do Ministro;
- b) O Gabinete de Estudos e Planeamento;
- c) A Direcção-Geral de Administração;
- e) A Direcção-Geral do Urbanismo, Habitação e Saneamento Básico;
- f) A Direcção-Geral da Administração Interna;
- g) As Delegações Regionais.

Art. 2.º Enquanto não for aprovada a estruturação dos serviços do Ministério cuja criação resulta do presente diploma, as correspondentes funções serão exercidas pela forma que for determinada pelo Ministro.

Art. 3.º — 1. São criados no Gabinete do Ministro, no Gabinete de Estudos e Planeamento e na Direcção-Geral da Administração, os lugares constantes do mapa anexo.

2. As alterações subsequentes ao quadro de pessoal dos serviços referidos no número antecedente serão feitas por decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Promulgado em 2 de Abril de 1986.

Publique-se.

*Pedro Pires — Tito Ramos — Arnaldo França.*

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular.

**Mapa a que se refere o artigo 3.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 11/86**

Gabinete do Ministro:

Pessoal especial:

- 1 Director de Gabinete — (Grupo III).
- 1 Assessor do Ministro — (Grupo III).
- 2 Secretários.

Pessoal administrativo:

- 1 Terceiro oficial.

Pessoal auxiliar:

- 1 Condutor-auto de ligeiros (1.ª, 2.ª e 3.ª classes).
- 2 Escribas-dactilógrafos (principal, 1.ª e 2.ª classes).

- 1 Recepcionista.

- 1 Contínuo.

- 2 Serventes.

Gabinete de Estudos e Planeamento:

Pessoal dirigente:

- 1 Director — (Grupo II).

Pessoal técnico:

- 4 Técnicos superiores (principal, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes),
- 2 Técnicos (principal, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes):
- 2 Técnicos profissionais de 1.º nível (principal, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes).
- 1 Técnico profissional de 2.º nível (principal, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes).

Pessoal administrativo:

- 1 Terceiro Oficial.

Pessoal auxiliar:

- 2 Escribas-dactilógrafos (principal, 1.ª e 2.ª classes).
- 2 Serventes.

Direcção-Geral da Administração:

Pessoal dirigente:

- 1 Director-Geral — (Grupo II).
- 1 Director de Serviços — (Grupo III).

Pessoal administrativo:

- 1 Director (1.ª, 2.ª e 3.ª classes).
- 1 Chefe de secção.
- 1 1.º oficial.
- 2 Segundos oficiais.
- 3 Terceiros oficiais.

Pessoal auxiliar:

- 1 Auxiliar (principal, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes).
- 1 Telefonista.
- 5 Escribas-dactilógrafos (principal, 1.ª e 2.ª classes).
- 3 Condutores-auto de ligeiros (1.ª, 2.ª e 3.ª classes).
- 1 Contínuo.
- 3 Serventes.

Pessoal de prevenção, fiscalização e inspecção:

- 1 Guarda (1.ª, 2.ª e 3.ª classes):

Pessoal operário:

- 1 Operário qualificado (principal, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes).

O Ministro da Administração Local e Urbanismo,  
*Tito Ramos.*

**Decreto-Lei n.º 12/86**

**de 5 de Abril**

Convindo definir minimamente a estrutura do Ministério da Informação, Cultura e Desportos;

Enquanto não for aprovada a respectiva Lei Orgânica;

Ao abrigo da autorização legislativa concedida pelo n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 4/III/86, de 29 de Março;

No uso da faculdade conferida pela alínea f) do n.º 1 do artigo 75.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1. O Ministério da Informação, Cultura e Desportos compreende:

- a) O Gabinete do Ministro;
- b) O Gabinete de Estudos e Planeamento;
- c) A Direcção-Geral de Administração;

d) A Direcção-Geral da Comunicação Social;

e) A Direcção-Geral da Cultura;

f) A Direcção-Geral dos Desportos;

g) As Delegações do Ministério da Informação, Cultura e Desportos.

2. O Ministro da Informação, Cultura e Desportos exerce tutela sobre os seguintes Serviços e Institutos:

a) Edições «Voz di Povo»;

b) Rádio Nacional de Cabo Verde;

c) Televisão Experimental de Cabo Verde (TEVEC);

d) Agência Noticiosa Cabo-verdiana (CABOPRESS);

e) Instituto Cabo-verdiano do Cinema;

f) Instituto Cabo-verdiano do Livro.

g) Centro Nacional de Artesanato.

Art. 2.º É extinta a Direcção da Educação Física e Desportos:

Art. 3.º Enquanto não for aprovada a estruturação dos serviços a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º, as correspondentes funções serão exercidas pela forma que for determinada pelo Ministro.

Art. 4.º — 1. São criados no Gabinete do Ministro, no Gabinete de Estudos e Planeamento, na Direcção-Geral de Administração e na Direcção-Geral dos Desportos os lugares constantes do mapa anexo ao presente diploma.

2. As posteriores alterações aos quadros de pessoal referidos no número antecedente serão feitas por decreto.

Art. 5.º O pessoal da ora extinta Direcção de Educação Física e Desportos, em exercício de funções à data da publicação do presente diploma, transita na mesma categoria e situação para a Direcção-Geral dos Desportos.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Promulgado em 2 de Abril de 1986.

Publique-se.

*Pedro Pires — David Hopffer Almada — Arnaldo França.*

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular.

Mapa a que se refere o artigo 4.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 12/86

Gabinete do Ministro:

Quadro especial:

1 Director de Gabinete.

2 Assessores.

2 Secretários.

Quadro administrativo:

1 Chefe de secção.

1 1.º oficial.

1 2.º oficial.

1 3.º oficial.

Quadro auxiliar:

2 Condutores-auto ligeiros (1.ª, 2.ª, 3.ª classes):

4 Escribas-dactilógrafos.

1 Recepcionista.

1 Telefonista.

1 Contínuo.

2 Serventes.

Gabinete de Estudos e Planeamento:

Quadro dirigente:

1 Director — (Grupo II).

Quadro técnico:

5 Técnicos superiores (principal, 1.ª, 2.ª, 3.ª classes).

2 Técnicos profissionais de 1.º nível (principal, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes).

2 Técnicos auxiliares (principal, 1.ª, 2.ª, 3.ª classes).

Quadro administrativo:

1 Chefe de secção.

1 2.º oficial.

Quadro auxiliar:

2 Escribas-dactilógrafos (principal, 1.ª, 2.ª, 3.ª classes)

1 Conductor-auto de ligeiros (1.ª, 2.ª, 3.ª classes).

1 Servente.

Direcção-Geral de Administração:

Quadro dirigente:

1 Director-Geral.

Quadro técnico:

1 Técnico auxiliar (principal, 1.ª, 2.ª, 3.ª classes).

Quadro administrativo:

1 Director (1.ª, 2.ª, 3.ª classes).

1 Chefe de secção.

1 1.º oficial.

2 2.ºs oficiais.

2 3.ºs oficiais.

Quadro auxiliar:

4 Escribas-dactilógrafos (principal, 1.ª, 2.ª classes).

1 Conductor-auto de ligeiros (1.ª, 2.ª, 3.ª classes).

2 Serventes.

Direcção-Geral dos Desportos:

Quadro dirigente:

1 Director-Geral.

Quadro técnico:

3 Técnicos superiores (principal, 1.ª, 2.ª, 3.ª classes).

3 Técnicos (principal, 1.ª, 2.ª, 3.ª classes).

Quadro administrativo:

1 Director (1.ª, 2.ª, 3.ª classes).

1 Chefe de secção.

1 1.º oficial.

1 2.º oficial.

1 3.º oficial.

Quadro auxiliar:

1 Conductor-auto de ligeiros (1.ª, 2.ª, 3.ª classes).

4 Escribas-dactilógrafos (principal, 1.ª, 2.ª classes).

1 Contínuo.

2 Serventes.

1 Guarda nocturno.

O Ministro da Informação, Cultura e Desportos, *David Hopffer Almada.*

Decreto-Lei n.º 13/86

de 5 de Abril

Ao abrigo da autorização legislativa concedida pelo n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 4/III/86, de 29 de Março;

No uso da faculdade conferida pela alínea f) do n.º 1 do artigo 75.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os vencimentos dos Delegados do Governo passam a ser os seguintes:

Nos Concelhos de 1.ª classe ... ..	28 000\$00
Nos restantes Concelhos... ..	26 500\$00

Art. 2.º Para efeitos de ajudas de custo e subsídio de doença, os Delegados do Governo integram o escalão correspondente aos funcionários dos grupos I a III, letras A a E da tabela classificativa da Função Pública.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*Pedro Pires — Tilo Ramos — Arnaldo França.*

Promulgado em 2 de Abril de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República. ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular.

**Decreto n.º 14/86**

**de 5 de Abril**

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É renovada, a partir de 19 de Junho de 1985, a comissão ordinária de serviço do Camarada Luís Augusto Dias da Fonseca, no cargo de Director-Geral de Finanças.

*Pedro Pires — Arnaldo França — Renato Cardoso.*

Promulgado em 2 de Abril de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República. ARISTIDES MARIA PEREIRA.

**Decreto n.º 15/86**

**de 5 de Abril**

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É renovada, a partir de 14 de Novembro de 1985, a comissão de serviço de Francisco Moreira Correia, no cargo de Director-Geral das Alfândegas.

*Pedro Pires — Arnaldo França — Renato Cardoso.*

Promulgado em 2 de Abril de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República. ARISTIDES MARIA PEREIRA.

**Decreto n.º 16/86**

**de 5 de Abril**

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É renovada, a partir de 19 de Novembro de 1985, a comissão ordinária de serviço do Camarada Albertino Xisto Almeida, no cargo de Director-Geral do Instituto de Seguros e Previdência Social.

*Pedro Pires — Arnaldo França — Renato Cardoso.*

Promulgado em 2 de Abril de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República. ARISTIDES MARIA PEREIRA.

**Decreto n.º 17/86**

**de 5 de Abril**

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º São criados no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, os seguintes lugares:

1 Director de Gabinete ... ..	Grupo III
1 Assessor ... ..	Grupo III
1 Secretária ... ..	J
1 Técnico profissional de 1.º nível (principal, de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes) ... ..	G, I, J, L
1 Primeiro oficial ... ..	L
1 Conductor-auto de (1.ª, 2.ª e 3.ª classes) ...	Q, R, S
1 Escriurário-dactilógrafo (principal, de 1.ª e 2.ª classes) ... ..	P, R, S
1 Recepcionista ... ..	S
1 Servente ... ..	U

Art. 2.º O presente decreto produz efeitos a partir de 21 de Fevereiro de 1986.

*Pedro Pires — Arnaldo França — João de Deus Maximiano.*

Promulgado em 2 de Abril de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República. ARISTIDES MARIA PEREIRA.

—o—

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Gabinete de Apoio e Dinamização dos Tribunais de Zona**

**Despacho**

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/77, de 12 de Fevereiro, na redacção introduzida pelo n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 153/79 de 31 de Dezembro, homologo o Tribunal de Zona de Galinheiro, com sede na Região Judicial do Fogo e a composição que abaixo se indica:

Membros efectivos:

- 1 — José dos Santos Alves.
- 2 — Miguel Brandão Lopes.
- 3 — Samuel Lopes Pires.
- 4 — Domingos Ledo Pontes.
- 5 — Francisco Pires.

Membros suplentes:

- 1 — João Mendes Santos Alves.
- 2 — Alberto Alves Correia.
- 3 — José Mendes Correia.
- 4 — João Carvalho.
- 5 — Samuel Santos Alves.

Ministério da Justiça, 10 de Fevereiro de 1986. — O Ministro, José Eduardo de Figueiredo Araújo.



## CHEFIA DO GOVERNO

### Secretaria de Estado da Administração Pública

#### Direcção-Geral da Função Pública

Despachos do Camarada Primeiro Ministro:

De 8 de Janeiro de 1986:

Dulcelena Lopes da Silva — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente, do quadro auxiliar da Direcção-Geral de Administração da Presidência da República.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 12 de Fevereiro:

Quintino Horta, técnico profissional de 1.º nível, 3.ª classe, definitivo, da Secretaria-Geral do Governo — promovido à classe imediata, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 10 de Dezembro de 1985.

De 4 de Março:

Eugénio dos Santos, director de 3.ª classe, definitivo, da Secretaria-Geral do Governo — promovido à classe imediata, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Março de 1986.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Abril de 1986).

De 12:

Venâncio Cardoso Gonçalves, auxiliar administrativo dos Transportes Aéreos de Cabo Verde-E.P. — requisitado, nos termos do Decreto-Lei n.º 56/78 para, em regime de comissão ordinária, prestar serviços no Partido, com efeitos a partir de 8 de Janeiro findo.

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 28 de Outubro de 1985:

Manuel Bartolomeu Barbosa — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85 de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de condutor-auto de ligeiros de 3.ª classe do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocado no Tribunal Sub-Regional do Sal.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2. do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Março de 1986).

De 16 de Novembro:

José Cândido Delgado — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 4.º ajudante da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando colocado na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª classe de Santo Antão.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2. do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Março de 1986).

De 2 de Dezembro:

José Delgado Vaz — nomeado, para exercer, provisoriamente, o cargo de oficial de diligências de 3.ª classe das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, continuando colocado no Tribunal Sub-Regional do Porto Novo. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986).

Eunice Rufina Lima — nomeada, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, continuando colocada no Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau.

Guilherme Ernesto Leonor Melo — nomeado, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, das Secretarias Judiciais do Ministério Público, continuando colocado no Tribunal Sub-Regional de Santo Antão.

Cesaltina das Neves Moniz — nomeada, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, continuando colocada no Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz.

Maria da Luz Barbosa Vicente — nomeada, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, continuando colocada no Tribunal Regional de Santa Catarina.

Jorge Pedro Ramos Martins — nomeado, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer interinamente, o cargo de oficial de diligências de 3.ª classe das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Tribunal Sub-Regional do Porto Novo.

Afonso Materno Livramento — nomeado, para exercer, provisoriamente, o cargo de oficial de diligências de 3.ª classe das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, continuando colocado no Tribunal Sub-Regional da Boa Vista. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

Maria de Fátima Silva Sanches — nomeada, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, continuando colocada no Tribunal Regional do Fogo.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2. do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 10 de Janeiro de 1986:

Francisco de Deus Monteiro, condutor-auto de 2.ª classe, definitivo, do Gabinete do Ministro da Justiça — promovido à classe imediata, nos termos do n.º 2 artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 7 de Janeiro de 1986.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 21 de Março de 1986).

De 17:

Honório Tavares Ramos Cardoso — nomeado, nos termos do n.º 2, artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de condutor-auto de 3.ª classe, do quadro de pessoal auxiliar do Gabinete do Ministro da Justiça.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 1.ª, código 1.2. do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Março de 1986).

Odete Olga Rodrigues Brazão de Almeida, 2.º ajudante de nomeação provisória, do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas, em 21 de Março de 1986).

De 17 de Fevereiro:

Jorge Arcanjo Livramento Nogueira — nomeado, nos termos do artigo 56.º do Estatuto do Pessoal Judiciário, conjugado com o artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Procurador Sub-Regional de 3.ª classe do quadro da Magistratura do Ministério Público, com colocação na Procuradoria Sub-Regional da Brava.

O ora nomeado entra em exercício do cargo antes do visto e da publicação do despacho no *Boletim Oficial*, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Março de 1986).

De 25:

Adelina Manuela Lopes Cabral — nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85 de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 4.º ajudante do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, com colocação na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986).

Amélia Filomena Sanches Moreira, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, definitiva, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — promovida à classe imediata nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1986.

Inácia Lopes Tavares Barbosa Amado, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, provisória, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — promovida à classe imediata, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 1986.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 19 de Março de 1986)

De 18 de Março:

João Joana Delgado, 3.º ajudante, contratado, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, transferido, por

conveniência do serviço, da Delegação dos Registos e do Notariado do Paúl para a do Porto Novo, com as funções de delegado, com efeitos a partir da data do embarque do titular para o estrangeiro.

João Cândido Delgado, 4.º ajudante interino, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, colocado na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santo Antão, na Ponta do Sol — transferido, por conveniência do serviço, para a Delegação dos Registos e do Notariado do Paúl, com as funções de delegado, com efeitos a partir da data em que o actual titular seguir para Porto Novo.

Marcelino José Lopes, conservador dos Registos de 3.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — concedida licença ilimitada, nos termos do artigo 257.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 1 de Julho do corrente ano.

De 26:

Dr. Otelino Levy Rivera de Jesus, procurador regional de 3.ª classe, definitivo, do quadro da Magistratura do Ministério Público — nomeado, nos termos do artigo 8.º, — 4 do Estatuto do Pessoal Judiciário, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 13/84, conjugado com o artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de juiz regional no Juízo Criminal do Tribunal Regional de 1.ª Classe da Praia, com efeitos a partir de 1 de Abril de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Março de 1986)

Dr. Armindo Cipriano Maurício, juiz regional de 3.ª classe — transferido, nos termos do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 5/78, de 4 de Fevereiro, conjugado com o artigo 15.º, alínea b) do Estatuto do Pessoal Judiciário, do Juízo Criminal do Tribunal Regional da Praia, para o Juízo Cível do mesmo Tribunal, com efeitos a partir de 1 de Abril de 1986.

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 4 de Agosto de 1985:

Eva Verona Teixeira Andrade Ortet — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Fomento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Rural.

Lindolfo Olívio Marques Ortet — nomeado nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral de Fomento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Rural.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 27 de Dezembro:

Félix Mendes Moreno, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, provisório, do Gabinete da Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido à classe imediata, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 10 de Janeiro de 1986:

Maria Solange Soares Rosa Rodrigues, secretária do Ministério do Desenvolvimento Rural — renovada, a comissão ordinária de serviço, nos termos do artigo 37.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

Manuel da Costa da Rosa, técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral do Fomento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Rural — promovido, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º, conjugado com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 154/81 à classe imediata, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986)

De 10 de Fevereiro:

João Pereira da Silva, técnico profissional de 1.º nível, 2.ª classe, definitivo, dos Serviços Regionais do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — promovido à classe imediata, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 23 de Novembro de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986)

João Soares de Barros, técnico auxiliar de 1.ª classe, provisório, da Direcção-Geral do Fomento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — nomeado definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986).

António Joaquim Conceição Fernandes, técnico auxiliar de 2.ª classe, provisório dos Serviços Regionais do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — nomeado definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

Albertina Morais Costa, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe de nomeação provisória, da Direcção-Geral da Administração Central do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Joana Monteiro Semedo Moreira, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral da Administração Central do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 1985.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

Mauricio Lopes Abreu, chefe de secção — nomeado, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de inspector da Direcção-Geral de Administração Central do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, lugar constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 32/85, de 30 de Março.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Abril de 1986).

Despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas:

De 27 de Fevereiro de 1986:

José Luís Barros — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral da Pecuária, ficando colocado no concelho de Santa Catarina, onde desempenhará as funções de chefe da Repartição do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas daquele concelho.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986).

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 26 de Setembro de 1985:

José Oliveira Évora — assalariado para exercer, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, o cargo de guarda nocturno do Liceu de Santa Catarina.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 27.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Março de 1986).

De 26 de Outubro:

Carlos Alberto dos Santos Melício, licenciado em Engenharia Mecânica, técnico da Empresa Pública de Electricidade e Água — autorizado para, em regime de acumulação, e durante o ano lectivo de 1985/86, desempenhar o cargo de professor da Escola Industrial e Comercial do Mindelo, nos termos do artigo 78.º do Estatuto do Funcionalismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 28.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Março de 1986).

De 18 de Novembro:

Orlinda Rafael Neves Brito, professora de posto escolar, da Direcção-Extra Escolar e Divisão de Alfabetização e Educação de Adultos — exonerada do referido cargo, a seu pedido, com efeitos a partir de 8 de Novembro de 1985.

Maria Júlia Leal Lopes — revalidado o contrato de prestação de serviço docente, na categoria de professora de posto escolar (2.º nível, 3.ª classe), com colocação na Direcção de Educação Extra-Escolar e Divisão de Alfabetização e Educação de Adultos, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea g) do artigo 1.º do Decreto-Lei 72/80, de 16 de Agosto, indo ocupar, em S. Vicente, a vaga deixada por Orlanda Rafael Neves Brito, durante o ano lectivo de 1985/86.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 30.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 16 de Dezembro:

Concelho do Paúl:

Raquel Fortes Andrade, professora de posto escolar, eventual, com colocação na Escola n.º 3-B, de Figueiral — autorizada a não iniciar funções.

De 26:

Adelina dos Reis Oliveira — nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85 de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial do Liceu «Ludgero Lima».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 25.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 6 de Janeiro de 1986:

Ana Paula Elias Curado Moeda, licenciada em sociologia — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe, da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 14 de Março de 1986).

De 17:

Margarida Barnabé Lima Brito Martins — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de professor de 4.º nível de 3.ª classe, da Direcção-Geral da Cultura.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 21:

Manuel da Costa Magalhães, professor cooperante do Liceu «Domingos Ramos» — denunciado o contrato de prestação de serviço a título de cooperação técnica.

De 22:

Maria dos Anjos Neves Cruz — nomeada, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 128/85, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, do Liceu «Ludgero Lima».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 25.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Março de 1986)

De 27:

Maritza Rosabel, técnico superior do Gabinete de Estudos do Ministério da Educação — autorizada a exercer, durante o ano lectivo de 1985/86 e, em regime de acumulação, o cargo de professora no Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário, nos termos do artigo 78.º do Estatuto do Funcionalismo.

De 28:

Daniel António Pereira, técnico superior de 3.ª classe do Ministério dos Negócios Estrangeiros — nomeado, para em regime de acumulação e durante o ano lectivo de 1985/86, leccionar no Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário.

O encargo resultante das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 34.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Isaura Tavares, licenciada em Farmácia, técnica do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais — autorizada a exercer, durante o ano lectivo de 1986/86 e, em regime de acumulação, o cargo de professor do Liceu «Domingos Ramos» nos termos do artigo 78.º do Estatuto do Funcionalismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 26.ª, sub-divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 18 de Março de 1986).

Maria Augusta Correia — contratada para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1985/86, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe, com colocação na Escola do Ensino Básico Complementar do Tarrafal, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 17.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 29:

Concelho de S. Vicente:

Maria da Luz Lopes, professora de posto escolar, contratada, em exercício na Escola n.º 9-B, de Chã de Cemitério — concedidos 60 dias de licença registada, com efeitos a partir de 20 de Janeiro.

De 30:

Julião Moreira Evangelista Barros, professor de 3.º nível, 3.ª classe da Escola do Ensino Básico Complementar, de Achada de Santo António — transferido na mesma circunstância e categoria para a Escola do Ensino Básico Complementar do Tarrafal.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 17.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 18 de Março de 1986).

De 17 de Fevereiro:

João Andrade, técnico superior do Ministério da Habitação e Obras Públicas — autorizado a exercer, durante o ano lectivo de 1985/86, e, em regime de acumulação o cargo de professor do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário, nos termos do artigo 78.º do Estatuto do Funcionalismo.



António Pedro Morais da Silva Fernandes, técnico superior, do Ministério dos Negócios Estrangeiros — autorizado exercer, durante o ano lectivo de 1985/86, e, em regime de acumulação, o cargo de professor no Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário, nos termos do artigo 78.º do Estatuto do Funcionalismo.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 34.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

**De 22 de Fevereiro:**

Maria Arcelinda Veríssimo Barbosa Vicente, professora de posto escolar, contratada — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotados pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986).

De 22:

Delfina Izilda Veiga Moniz — nomeada para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe da Direcção-Geral de Educação.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente: — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 24:

Francisco da Cruz Évora, funcionário da ENAPOR — autorizado a exercer, durante o ano lectivo de 1985/86, e, em regime de acumulação, o cargo de professor, na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, nos termos do artigo 78.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

Maria da Conceição Freire Moreira — nomeada professora de posto escolar de serviço eventual e colocada no Posto n.º 191, de Leitão Grande, concelho de Santa Catarina, na vaga deixada pela exoneração a seu pedido do professor Mário Martins Fernandes.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 3 de Março:

Silvino Florêncio Neves, escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe, provisório, da Escola do Ensino Básico Complementar «Jorge Barbosa» — promovido à classe imediata, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 17 de Janeiro de 1986.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Francisca Filomena Rocha dos Santos, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, definitiva, da Direcção Regional de Educação — promovida à classe imediata, nos termos do

n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 23 de Janeiro de 1986.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 32.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 1 de Abril de 1986).

Maria Arlinda Nobre Teixeira de Morais Semedo e Maria de Fátima Brito Lima Barbosa Vicente, professoras de 2.º nível, habilitadas com o curso do Magistério Primário — nomeadas, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercerem, interinamente, o cargo de professor de 3.º nível, 3.ª classe, da Direcção-Geral da Educação, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 8:

Alfredo Anselmo Rocna Moreira — contratado para prestação de serviço docente durante o ano lectivo de 1985/86, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe, com colocação na Escola do Ensino Básico Complementar da Ribeira Grande, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, indo ocupar a vaga deixada por Vera Lilliana Melo Fonseca Morais, que por despacho desta mesma data foi transferida para a Escola do Ensino Básico Complementar «Jorge Barbosa», com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 14.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 8:

Teresa António Rodrigues — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual e colocada na Escola n.º 22, de Mato Correia, concelho do Tarrafal, na vaga deixada pela exoneração, a seu pedido, da professora Maria Amélia Mendes Furtado.

Hermínia Margarida Évora Monteiro — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual e colocada na Escola n.º 1, da vila do Maio.

Maria Paula dos Reis Agues — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual e colocada na Escola n.º 2, do Barreiro, concelho do Maio.

De 11:

Joaquim Francisco Neves — revalidada a nomeação como professor de posto escolar, de serviço eventual e colocado na Escola n.º 1, do Mindelo, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 13:

Luizette Barros Azevedo, contratada para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1985/86, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe da Escola

do Ensino Básico Complementar «Jorge Barbosa», nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, indo ocupar a vaga deixada por Ivone Gomes, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 13 de Fevereiro de 1986.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

**Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:**

De 20 de Agosto de 1985:

Ivone Morais Soares e Joana Brígida Lima — nomeadas para exercerem, provisoriamente, o cargo de técnico de 3.ª classe da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, ficando colocadas na Direcção Regional de Saúde de Barlavento.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 62.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 31 de Janeiro de 1986).

De 3 de Dezembro:

Gabriela Maria Duarte, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, contratada da Direcção-Geral de Saúde com colocação na Delegacia de Saúde do Sal — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 17 de Julho de 1985.

De 10:

Jacinto Diniz Silva, técnico profissional de 1.º nível, 1.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — promovido, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1985.

As despesas têm cabimentos na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 21:

Joana Cacilda Gomes Lima, técnica auxiliar de 2.ª classe, provisória, da Direcção-Geral de Assuntos Sociais, em serviço na Direcção Local de Assuntos Sociais da Ribeira Grande — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 2.º do Estatuto do Funcionalismo.

Alberto Nascimento Alves, técnico auxiliar de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, em serviço na Direcção Local dos Assuntos Sociais — Ribeira Grande — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Constantina Maria Silva, animadora social de 2.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, prestando serviço na Direcção Local dos Assuntos Sociais — S. Nicolau — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Isaurinda Santos Cruz Oliveira, técnica auxiliar de 2.ª classe, provisória, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, em serviço na Direcção-Regional dos Assuntos Sociais de Barlavento — S. Vicente — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

(Anotados pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

Vanda de Fátima Lima Ramos, técnica auxiliar de 2.ª classe, provisória, da Direcção-Geral de Assuntos Sociais, em serviço na Direcção Local da ilha do Sal — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

(Anotado pelo Tribunal de Contas em 21 de Março de 1986).

**Jorge Nascimento Ramos, condutor-auto de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, em serviço na Direcção Local dos Assuntos Sociais de Santo Antão — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.**

O encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Anotado pelo Tribunal de Contas em 2 de Março de 1986).

De 27:

Miluci Mendonça Borges Rodrigues — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, com colocação na Direcção dos Serviços de FMI/PF — Praia.

Deolinda Mendes Tavares — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, com colocação nos Serviços de FMI/PF — Praia.

As despesas têm cabimentos na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 8 de Janeiro de 1986:

Hilário Semedo Varela, condutor-auto de ligeiros de 3.ª classe, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais — promovido, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 23 de Novembro de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.ª, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Março de 1986).

Emílio Gomes Nunes Leal, técnico auxiliar de 2.ª classe da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, prestando serviço na Direcção Local de Assuntos Sociais de Santa Catarina — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Maria de Fátima Silva, técnica auxiliar de 2.ª classe da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, prestando serviço na Direcção Local de Assuntos Sociais de Santa Cata-



rina — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Anotado pelo Tribunal de Contas em 21 de Março de 1986).

De 17:

Alzinda Monteiro Neves E. Castro — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe da Direcção-Geral de Saúde, com colocação na Delegacia de Saúde — Porto Novo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

Filomena de Pina Pereira Barreto, técnica profissional de 1.º nível, 2.ª classe (enfermeira), de nomeação provisória, do quadro da Direcção-Geral de Saúde — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotados pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

Carlos Alberto Barbosa Fernandes, técnico profissional de 1.º nível, 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, em serviço no Hospital «Dr. Agostinho Neto» — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 18:

Jorge César da Luz Delgado — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico de 3.ª classe da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, ficando colocado no Hospital Dr. «Agostinho Neto» — Praia.

Ângela Maria Medina Silveira — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico de 3.ª classe da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, ficando colocada na Delegacia de Saúde de Santa Catarina.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visações pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 22:

Dr.ª Maria Alice Valadares Dupret Ribeiro, técnica superior de 1.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — designada para exercer o cargo de Coordenadora Nacional do Projecto PMI/PF.

Dr.ª Emely Silvina Vieira Silva Santos, técnica superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — designada como responsável pelo Centro do PMI/PF de S. Vicente.

De 3 de Fevereiro:

Claudemiro da Rosa — contratado, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Março de 1986).

Matilde Fernandes Pires — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe da Direcção-Geral de Saúde, ficando colocada no Departamento Lepra — Fogo.

Caetano Gomes Varela — assalariado, para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer, o cargo de agente sanitário da Direcção-Geral de Saúde, com colocação no concelho de Santa Cruz.

Bárbara Lopes Correia — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe da Direcção-Geral de Saúde, ficando colocada no Departamento Lepra — Fogo.

Firmino Mendes Vareja — nomeado, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de condutor-auto ligeiro de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, com colocação na Delegacia de Saúde do Tarrafal.

Vitalina Júlia Pires — nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, com colocação na Direcção do PMI/PF — S. Vicente.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 4:

Albertino da Silva Zego — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de condutor-auto ligeiro de 3.ª classe, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais.

Despachos do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 26:

Maria Cristina Silva Cabral Carvalho e Silva, técnico profissional de 2.º nível, 3.ª classe, da Direcção-Geral de Estatística — autorizada a beneficiar em Portugal, das disposições do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 125/79.

José Augusto Monteiro Pinto, professor do 4.º nível, principal do Liceu «Ludgero Lima» — autorizado a beneficiar em Portugal, das disposições do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 125/79.

De 4 de Março:

Maria Filomena Araújo Ribeiro Dantas Martins — nomeada, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Sonny Ribeiro Mascarenhas Évora -- contratada, nos termos da alínea c) do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de técnico profissional do 1.º nível de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 11:

Masia Rosa Silva Looes Barros, técnico de 3.ª classe do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — autorizada a beneficiar em Portugal nas disposições do artigo 9.º, n.º 17 do Decreto-Lei n.º 125/73,

De 12:

Manuel Gomes Fernandes, técnico profissional do 1.º nível 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Saúde, com colocação no concelho de S. Nicolau — promovido à classe imediata, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 22:

Rosa Ramos Fonseca Lobo, professor de posto escolar — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 6 de Março de 1986, que é do seguinte teor:

«A examinada encontra-se incapacitada para exercer as suas funções».

Despacho do Camarada Ministro da Indústria e Energia:

De 10 de Fevereiro de 1986:

João Calazans das Neves — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de condutor-auto de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Indústria.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Abril de 1986).

Despacho do Camarada Ministro da Habitação e Obras Públicas.

De 18 de Outubro de 1985:

Maria Delfina Monteiro — contratada, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe da Direcção Regional das Obras Públicas de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986)

De 31 de Dezembro:

Hirondina de Jesus Martins, técnico superior de 3.ª classe do quadro da Direcção-Geral do Urbanismo, Habitação e Saneamento Básico — transferida, por conveniência de serviço, da Direcção Regional das Obras Públicas de Santo Antão para a sede do Ministério.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986)

De 6 de Janeiro de 1986:

Manuel Inocêncio Sousa, técnico superior de 2.ª classe do quadro da Direcção-Geral da Construção de Obras Públicas — transferido, por conveniência de serviço, para o quadro da Direcção-Geral do Urbanismo, Habitação e Saneamento Básico.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986)

De 17:

Joaquim dos Anjos Ferreira Semedo — nomeado, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral da Administração do Ministério das Obras Públicas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986)

Despachos do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 20 de Fevereiro de 1986:

Aracy de Almeida Pereira Nunes de Aguiar Marçal, Júlia Francisca da Luz, Euclides Augusto Gomes Monteiro e Quintino Lourenço Oliveira, 2.ºs oficiais de nomeação definitiva, da Direcção-Geral das Obras Públicas, candidatos classificados em concurso — promovidos, nos termos do artigo 67.º do Estatuto do Funcionalismo, a 1.ºs oficiais da mesma Direcção-Geral.

Maria Augusta Gomes Barbosa, 3.º oficial de nomeação definitiva, da Direcção-Geral de Administração do Ministério das Obras Públicas, candidata classificada em concurso — promovida, nos termos do artigo 67.º do Estatuto do Funcionalismo, a 2.º oficial da mesma Direcção-Geral.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 25 de Março de 1986).

De 13 de Março:

Daniel Ramos dos Reis, técnico superior de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Construção e Obras Públicas — promovido, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediaia, com efeitos a partir de 1 de Março de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 19:

Emília Gomes Sanches — nomeada, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer provisoriamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Março de 1986).

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento.

De 4 de Janeiro de 1986:

Maria da Costa Senedo — nomeada, nos termos do n.º 2 artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Planeamento.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

Despacho do Camarada Ministro Adjunto do Ministro do Plano e da Cooperação:

De 23 de Janeiro de 1986:

Júlio César Freire de Moraes, licenciado em Relações Internacionais — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral da Cooperação.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 5 de Fevereiro:

José Maria Calazans Barbosa, técnico profissional de 2.º nível, 2.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral de Estatística — promovido nos termos do artigo 10.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 2 de Março de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 27 de Março

Deolinda Isabel dos Santos Freire — nomeada, nos termos do artigo 1.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe da Direcção-Geral de Estatística.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Abril de 1986).

Despacho do Camarada Ministro Adjunto do Ministro das Finanças:

De 24 de Fevereiro de 1986:

Pedro Francisco Borja Silva, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Finan-

ças — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986).

De 11 de Março:

Mário José Ferreira, auxiliar de 2.ª classe, do quadro do pessoal auxiliar das Alfândegas — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 1 de Abril de 1986).

Daniel dos Santos Lobo, oficial aduaneiro (estagiário), provisório, do quadro técnico-aduaneiro, em serviço na Direcção-Geral das Alfândegas — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 12.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 2 de Abril de 1986).

De 13 de Março:

Cândida Ana do Rosário, viúva de José Juanário da Conceição, que foi enfermeiro aposentado do Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral» falecido no dia 18 de Maio de 1983 — fixada, nos termos do artigo 9.º do Decreto n.º 52/75, de 8 de Fevereiro, conjugado com a alínea a) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 10 de Dezembro, a pensão de sobrevivência anual de 30 360\$, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1984.

A referida pensão beneficiará de aumento a partir de Janeiro de 1986, conforme Decreto-Lei n.º 149-A, de 7 de Dezembro de 1985.

A esta pensão será descontada a quantia de 15 277\$80, em 96 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 172\$80 e as restantes de 159\$ cada.

O encargo tem cabimento na verba do capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 17-B do orçamento para o corrente ano, do Ministério das Finanças. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Março de 1986).

Despacho do Camarada Secretário de Estado do Comércio e Turismo:

De 18 de Março de 1986:

Maria Isabel Lima Cruz, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, de nomeação definitiva, da Direcção-Geral do Comércio — concedida licença ilimitada, com efeitos a partir de 24 de Abril do corrente ano.

Despacho do Camarada Secretário de Estado do Comércio e Turismo:

De 19 de Março de 1986:

**Amilcar Lopes**, funcionário aposentado — nomeado, nos termos do artigo 40.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 5/78, de 4 de Fevereiro, conjugado com o artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 152/79, na nova redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 9/81, de 11 de Fevereiro, para exercer, em comissão de serviço, as funções de director de Gabinete do Secretário de Estado do Comércio e Turismo, com efeitos a partir de 1 de Abril de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Isento do «visto» nos termos da alínea c) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho).

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública e Trabalho:

De 4 de Outubro de 1985:

**Daniel Agapito Gomes Fernandes Silva**, técnico de 2.ª classe, de nomeação provisória, do ex-Centro de Estudos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Rural — prorrogada a comissão eventual de serviço, por mais um período de 12 meses.

A despesa tem cabimento no código 38.º n.º 1 do subsídio ao Instituto Nacional de Investigação Agrária. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986).

De 16 de Janeiro de 1986:

**Dr. Bernardino Lopes Afonso**, técnico superior de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — colocado em comissão eventual de serviço, durante o período de um ano, com efeitos a partir da data do embarque, a fim de frequentar um curso de especialidade em cirurgia no Brasil.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 14 de Fevereiro:

**António Carlos da Silva Bastos Fortes**, técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral de Conservação de Solos, Florestas e Engenharia Rural do Ministério do Desenvolvimento Rural — colocado em comissão eventual de serviço, a fim de frequentar um estágio na Holanda, por um período de 3 meses, com efeitos a partir da data do embarque.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 20:

**Manuel do Livramento Ramos Martins**, técnico de 1.ª classe da Direcção-Geral de Fomento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Rural — colocado em comissão eventual de serviço, a fim de frequentar um estágio nas ilhas Canárias, Santa Cruz de Tenerife, com efeitos a partir da data do embarque.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Anotados pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986).

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 17 de Março:

**Alexandre Ramos de Pina**, técnico de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Extensão Rural, do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — concedida a licença especial sem vencimentos, por um ano, para efeitos de estudos, nos termos da Portaria n.º 46/76.

**Mário Ferreira Lopes Camões**, técnico superior de 2.ª classe, provisório, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Forças Armadas e da Segurança — transferido, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 14/77 de 5 de Março, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, indo ocupar um lugar no Gabinete de Estudos do mesmo Ministério.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas, em 2 de Abril de 1986).

De 31:

**Maurício Lopes Abreu**, chefe de secção de nomeação provisória, da Direcção-Geral de Indústria — transferido, para o quadro da Direcção-Geral da Administração Central do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, nos termos do artigo 5.º do Decreto n.º 14/77, de 5 de Março,

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 1 de Abril de 1986).

**Maria Belmira Pinto Correia e Silva**, técnica auxiliar de Administração de 3.ª classe da Direcção-Geral do Trabalho e Emprego — autorizada a ingressar na carreira de técnico profissional de 2.º nível de 3.ª classe da mesma Direcção-Geral, nos termos do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Abril de 1986).

**Armanda Maria Lima Rodrigues**, técnica auxiliar de administração de 3.ª classe da Direcção-Geral de Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros — autorizada a ingressar na carreira de técnico profissional de 2.º nível de 3.ª classe, nos termos do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, ficando colocada na Inspeção-Geral do referido Ministério.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Abril de 1986).

**Inácia Gomes Monteiro**, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral da Função Pública — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 14 de Abril de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 3 de Abril de 1986).



Despachos do Camarada Director-Geral da Função Pública, por delegação do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 11 de Fevereiro:

Augusto Mendes de Pina, condutor-auto de ligeiros de 1.ª classe, do Gabinete do Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais — desligado de serviço, para efeitos de aposentação, conforme parecer da Junta de Saúde de Sotavento de 14 de Novembro de 1985, homologado por despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais, de 5 de Dezembro do mesmo ano, de sendo ser abonado da pensão provisória anual de 88 335\$, (oitenta e oito mil trezentos e trinta e cinco escudos), sujeita à rectificação calculada de harmonia com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto n.º 52/75 e correspondente a 39 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.

A esta pensão será acrescida de um montante de 17,5% a partir de 1 de Janeiro de 1986, data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 140-A/85.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 17-A do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Março de 1986).

De 26 de Março:

Marcelino José Lopes, conservador de 3.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

A Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
De 21 de Março de 1965 a 4 de Julho de 1974	9	5	14
Serviço militar	5	2	4
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo	3	1	3

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 30 de Novembro de 1985	10	4	20
--	----	---	----

**Total** ... .. 28 1 17

Despachos do Camarada Secretário-Geral, por Delegação do Camarada Ministro da Educação:

De 3 de Março de 1986:

Maria de Lourdes Tavares Silva, técnica superior de 3.ª classe, do Ministério da Educação, colocada na CICONCU — transferida, por conveniência de serviço, para a Secretaria-Geral do mesmo Ministério.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 1986).

De 17:

Gabriela Auxília da Silva Borges, técnico superior de 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Educação — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 14 de Março de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª código 1.2 do orçamento vigente, — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 2 de Abril de 1986).

Victor Manuel Barbosa Borges, técnico superior de 2.ª classe, provisório, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação — promovido, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 6 de Abril de 1986

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª código 1.2 do orçamento vigente, — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Abril de 1986).

Domingos Gomes de Pina, condutor-auto de 2.ª classe, contratado, da Secretaria-Geral do Ministério da Educação — promovido, à classe imediata, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Abril de 1986.

Continua a exercer em comissão de serviço o referido cargo no Gabinete do Ministro da Educação.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª código 1.2 do orçamento vigente, — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 2 de Abril de 1986).

João Carlos Brito Lima, professor de 3.º nível de 3.ª classe, da Escola Preparatória «Jorge Barbosa» — concedida a 1.ª diuturnidade, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro.

Vanda Augusta Ramos Dias, professora de 3.º nível de 3.ª classe, da Escola Preparatória «Jorge Barbosa» — concedida a 1.ª diuturnidade, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 146.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 1 de Abril de 1986).

Despachos do Camarada Director do Hospital Central da Praia, por delegação do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 22 de Março de 1986:

Margarida Spencer dos Reis, servente da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Março de 1986, que é do seguinte teor:

«Que a examinada seja evacuada para S. Vicente para realização de prótese dentária, por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento».

Silvério Ribeiro, servente da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Março de 1986, que é do seguinte teor:

«Que lhe sejam justificadas as faltas dadas ao serviço de 5 de Fevereiro de 1986, a 5 de Março de 1986».

Maria Antonita Abreu Martins, secretária de Finanças de 3.ª classe da Direcção-Geral de Finanças — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Março de 1986, que é do seguinte teor:

«Que a examinada seja evacuada para S. Vicente para realização de exames radiológicos, por se encontrarem esgotados os recursos locais de diagnóstico».

Maria Alice Mendes, assalariada, eventual da Direcção-Geral das Aléandegas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Março de 1986, que é do seguinte teor:

«Que lhe sejam justificadas as faltas dadas ao serviço de 2/12/85 até a presente data.

Apta a retomar as suas actividades profissionais».

Dionísio Jorge de Afonseca, condutor-auto de 1.ª classe do Ministério da Educação — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 2.ª de Março de 1986, que é do seguinte teor

«Apresentado. Apto a retomar as suas actividades profissionais».

Apostila ao contrato de prestação de serviço, celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Rural e o Engenheiro Agrónomo Oumar Barry, publicado no *Boletim Oficial* n.º 35/83, anotado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março 1986.

De 3 de Fevereiro de 1986:

É rectificado de esc. 19 350\$00 (dezanove mil e trezentos e cinquenta escudos) para esc. 22 600\$00 (vinte e dois mil e seis centos escudos) o valor da remuneração que o Ministério do Desenvolvimento Rural atribui ao referido técnico, pago em Cabo Verde e em moeda Cabo-verdiana, em fracções mensais iguais e sucessivas, com efeitos retroactivos a partir de 5 de Janeiro de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Extracto de renovação de contrato de prestação de serviço:

De 5 de Outubro de 1985:

Maria da Conceição de Jesus Sousa Oliveira e Cruz — renovada, ao abrigo do Acordo da Cooperação Científica e Técnica, o contrato de prestação de serviço como assistente social da Direcção-Geral da Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Rural a partir de 5 de Outubro de 1985.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 Março de 1986).

## COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos se comunica que o despacho do Camarada Ministro da Saúde, e Assuntos Sociais, de 22 de Janeiro de 1986, publicado no *Boletim Oficial* n.º 12, de 22 de Março de 1986, nomeando o 1.º tenente médico das FARP, Dr. António Carlos Alberto Pais Moniz para em comissão de serviço, desempenhar o cargo de director de Serviço do Hospital Central «Dr. Agostinho Neto», na Praia, tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Março de 1986).

Para os devidos efeitos se comunica que foram visados pelo Tribunal de Contas, em 1 de Abril de 1986, os contratos de prestação de serviço, dos seguintes docentes, cujas nomeações foram publicadas nos *Boletins Oficiais* abaixo designados:

Professores de Posto Escolar a):

Aldina da Glória Couto, *Boletim Oficial* n.º 46/85;

Clara Maria Ferreira, *Boletim Oficial* n.º 47/85;

Professor de 3.º nível, 3.ª classe da Escola Industrial e Comercial do Mindelo b):

Adriano Nobre Ferreira, suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 38/85;

Vanda Helena Fortes Fernandes, *Boletim Oficial* n.º 41/85.

Da Escola do Ensino Básico Complementar do Tarrafal c):

Manuel Augusto Fortes Correia, *Boletim Oficial* n.º 41/85.

Da Escola do Ensino Básico Complementar de Santa Catarina d):

Franklim Afonso Furtado, *Boletim Oficial* n.º 43/85.

a) A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente;

b) A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 28.ª, código 1.2 do orçamento vigente;

c) A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 17.ª, código 1.2 do orçamento vigente;

a) A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 27.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Para os devidos efeitos se comunica que foram visados pelo Tribunal de Contas, nas datas que se indicam, os contratos de prestação de serviço dos seguintes docentes, cujas nomeações foram publicadas nos *Boletins Oficiais* adiante designados:

Em 12 de Março de 1986:

Professores de Posto Escolar a)

Euclides do Rosário Morais Monteiro — *Boletim Oficial* n.º 50/85.

Em 25 de Março de 1986:

Maria Teresa Pinto — Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 38/85.

Armando António Delgado — Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 38/85.

José Luis dos Santos — *Boletim Oficial* n.º 46/85.

Francelino Manuel Neves Gonçalves — *Boletim Oficial* n.º 46/85.

Maria Madalena Lopes Fortes Almeida — *Boletim Oficial* n.º 46/85.

Maria Madalena Ribeiro — *Boletim Oficial* n.º 46/85.

Reinaldo Andrade Martins — *Boletim Oficial* n.º 46/85.

Francisco Fernandes de Pina — *Boletim Oficial* n.º 47/85.

Lourdes dos Santos Lopes — *Boletim Oficial* n.º 47/85.

Matilde dos Santos Oliveira — *Boletim Oficial* n.º 47/85.

Joana dos Santos Pires — *Boletim Oficial* n.º 50/85.



Alzerina Gonçalves Rodrigues — *Boletim Oficial* n.º 52/85

Maria Isabel Lima Rocha Fortes — *Boletim Oficial* n.º 49/85.

Professor de 3.º nível, 3.ª classe da Escola do Ensino Básico Complementar de Santa Catarina b)

Manuel da Luz da Silva Lopes Gonçalves — *Boletim Oficial* n.º 50/85.

Da Escola do Ensino Básico Complementar de Achada Santo António c)

Maria da Luz Pereira Silva — *Boletim Oficial* n.º 12/86,

a) A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

b) A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 12.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

c) A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Para os devidos efeitos se comunica, que o despacho do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública de 8 de Fevereiro de 1986, publicado no *Boletim Oficial* n.º 8, de 22 de Fevereiro e respeitante à nomeação de Joana Soares Lopes Brito, tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, divisão 1.ª do orçamento vigente.

### RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 10/86, de 10 de Março, o despacho do Camarada Ministro da Educação de 22 de Janeiro de 1986, novamente se publica o seguinte:

Despacho do Camarada Ministro da Educação:

De 22 de Janeiro de 1986:

Aleixa Tavares, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, inteira — nomeada, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, conjugado com o artigo 118.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe do Instituto Caboverdiano de Acção Social Escolar.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 5.º, n.º 2 do orçamento vigente do ICASE. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 5 de Março de 1986).

Por ter saído de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 12/86, à páginas 146, a comunicação do «visto» do Tribunal de Contas e relacionado com o lugar de prestação de serviço docente de Emanuel de Jesus Freire Garcia:

Onde se lê:

Da Escola do Ensino Básico Complementar «Eugénio Tavares» f). A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente...

Deve ler-se:

Da Escola do Ensino Básico Complementar Santa Catarina f). A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 12.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 12/86, de 22 de Março, o despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura, de 8 de Janeiro de 1968 e respeitante às nomeações dos professores do 3.º nível, 3.ª classe, habilitados com o Curso de Formação de Professores do Ensino Básico Complementar:

Onde se lê:

Na Escola do Ensino Básico Complementar «Eugénio Tavares» c):

Osvalda Monteiro de Azevedo Ramos.

Deve ler-se:

Na Escola do Ensino Básico Complementar «Eugénio Tavares» c):

Osilda Monteiro de Azevedo Ramos.

Por ter saído de forma inexacta, o despacho do Camarada Ministro da Justiça de 10 de Fevereiro de 1986, publicado no *Boletim Oficial* n.º 10/86, referente à nomeação definitiva de Otelindo Levy Rivera de Jesus, procurador regional de 3.ª classe, do quadro da Magistratura do Ministério Público, novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Olelino Levy Rivera de Jesus;

Deve ler-se:

Otelindo Levy Rivera de Jesus.

Por ter saído de forma inexacta o despacho do Camarada Ministro da Educação, de 20 de Janeiro de 1986, publicado no *Boletim Oficial* n.º 12, de 22 de Março, o contrato de presação de serviço de Florentino Monteiro Tavares:

Onde se lê:

Na Escola do Ensino Básico Complementar de Santa Catarina;

Deve ler-se:

Na Escola do Ensino Básico Complementar de Santa Cruz.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 4 de Abril de 1986. — O Director Geral, Noel Monteiro de Sousa Pinto.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Tribunal de Contas

#### RECTIFICAÇÃO

Por ter saído inexacto no *Boletim Oficial* n.º 12, de 22 de Março de 1986, novamente se publica o seguinte extracto de acórdão:

#### EXTRACTO DE ACÓRDÃO:

Relator: Ex.º Juiz-Presidente, Dr. António Manuel Mascarenhas Gomes Monteiro,

Processo n.º 2/86:

omissão Eleitoral Nacional, pelas despesas efectuadas na realização do Recenseamento Eleitoral e das eleições dos Deputados à Assembleia Nacional Popular, julgada quite por duto acórdão de 18 de Março de 1986, com a receita de 2 500 000, a despesa de 2 463 080\$10 e o saldo de 36 919 \$90 que foi devolvido à Direcção-Geral de Finanças pela guia modelo/B n.º 1/86, de 10 de Março de 1986 e que se mostra junta ao processo.

Secretaria do Tribunal de Contas, na Praia, 25 de Março de 1986. — O escrivão de Direito de 3.ª classe, Danielson Carlos Nazoline de Macedo Amado.

## CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

## BANCO DE CABO VERDE

Direcção das Relações com o Estrangeiro  
e do Controlo de CâmbiosPraia (Santiago)  
Notas Estrangeiras

Em 12/4/86

N.º 35/86

Praças	Divisas	Compras	Vendas
<b>África do Sul</b> ... ..	<b>Rand</b>	29\$22	33\$60
<b>Alemanha</b> ... ..	<b>Marco</b>	33\$86	36\$57
<b>América 1 e 2</b> ... ..	<b>Dólares</b>	78\$78	85\$13
<b>América 5 a 1000</b> ... ..	<b>Dólares</b>	79\$23	85\$63
<b>Austria</b> ... ..	<b>Dólares</b>	4\$82	5\$21
<b>Bélgica</b> ... ..	<b>Dólares</b>	1\$54	1\$75
<b>Canadá 1 e 2</b> ... ..	<b>Xelim</b>	56\$16	60\$70
<b>Canadá N. Grandes.</b>	<b>Franco</b>	56\$66	61\$20
<b>Dinamarca</b> ... ..	<b>Coroa</b>	9\$19	9\$93
<b>Espanha</b> ... ..	<b>Peseta</b>	5\$04	5\$70
<b>Finlândia</b> ... ..	<b>Markka</b>	15\$19	16\$41
<b>França</b> ... ..	<b>Franco</b>	11\$04	11\$93
<b>Holanda</b> ... ..	<b>Florim</b>	20\$03	32\$44
<b>Inglaterra</b> ... ..	<b>Libra</b>	115\$81	125\$08
<b>Itália</b> ... ..	<b>Lira</b>	6\$45	6\$52
<b>Japão</b> ... ..	<b>Iene</b>	5\$07	5\$60
<b>Noruega</b> ... ..	<b>Coroa</b>	10\$87	11\$74
<b>Portugal</b> ... ..	<b>Escudo</b>	5\$20	5\$62
<b>Senegal</b> ... ..	<b>C.F.A.</b>	2\$20	2\$39
<b>Suécia</b> ... ..	<b>Coroa</b>	11\$75	11\$61
<b>Suíça</b> ... ..	<b>Franco</b>	40\$53	43\$78

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios, na Praia, 12 de Abril de 1986. -- Pela Direcção, Antão Lopes da Luz.

## AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

## GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria de Estado da Função Pública

Direcção-Geral da Função Pública

## ANÚNCIO DE CONCURSO

1. De conformidade com o despacho do Camarada Ministro do Plano e da Cooperação de 1 de Março de 1986, se faz público que, pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, está aberto concurso de provas práticas para provimento de vagas de escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe das Direcções-Gerais do Plano e da Cooperação.

2. Ao concurso para os lugares de escriturários-dactilógrafos poderão candidatar-se os cidadãos caboverdeanos habilitados com o 2.º ano do Ensino Básico Complementar ou equivalente, com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos.

3. A admissão ao concurso é feita mediante requerimento dos interessados com assinatura reconhecida por notário, dirigido ao Camarada Ministro do Plano e da Cooperação, dentro do prazo fixado no presente anúncio, acompanhado da seguinte documentação:

- Certidão narrativa completa do registo de nascimento;
- Certificado de habilitações literárias.

4. As provas versarão sobre as seguintes matérias:

Dactilografia:

Ditado com cerca de 250 palavras.

Cópia de um documento.

Elaboração de um mapa.

Parte geral:

Noções gerais sobre a geografia de Cabo Verde.

Noções gerais sobre o Programa e Estatuto do PAICV.

Estatuto do Funcionalismo.

Considerações de ingresso nos quadros públicos; Formas de provimento.

5. Em caso de igualdade de classificação terão preferência as escriturárias-dactilógrafas, interinas, em serviço no Ministério do Plano e da Cooperação.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 26 de Março de 1986. — O Director-Geral, Noel Monteiro de Sousa Pinto.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde

Alfândega da Praia

EDITAL

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados os donos, consignatários ou demais interessados, a despachar a seguir e mercadoria no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei.

Sem marca: 1 jogo de sofá, 1 catre com colchão, 1 embrulho com vidros para mesa pequena; 65 latas de azeite de oliveira de 5 litros; 294 latas de azeite de oliveira de 1 litro, sendo 3 a derramar conteúdo; 8 sacos conteúdo ignorado; 1 saco de plástico, conteúdo ignorado; 19 peças de lona; 2 atados com tapetes; 1 bolsa conteúdo ignorado; 1 embrulho conteúdo ignorado; 1 armação para mesa pequena de ferro cromado; 1 cartão com 1 motor para motorizada; 1 saco, conteúdo ignorado, marca Albertina Maria — Nora; 1 saco conteúdo ignorado, marca Lucha — Bissau; Natália Cruz, 1 cartão conteúdo ignorado; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Matilde; 1 maleta conteúdo ignorado, marca Ângela Abreu — Bissau; 1 bolsa conteúdo ignorado, marca Ulisses M. Carvalho; 1 bolsa conteúdo ignorado, marca Maria Carvalho Mendes; 1 maleta conteúdo ignorado, marca Manuel Spencer (Bissau); 1 bolsa conteúdo ignorado, marca Rolando T. de Pina; 2 bolsas conteúdo ignorado, marca Inácio Pereira Fernandes; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Lourdes Abreu; 2 embrulhos conteúdo ignorado, marca Frutuoso Abreu; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Fernando Pereira; 2 embrulhos conteúdo ignorado, marca Manuel Spencer (Bissau); 4 embrulhos conteúdo ignorado, marca Nascimento; 1 embrulho conteúdo ignorado, marca Maria Fernanda Brito e Silva Almeida; 1 embrulho conteúdo ignorado, marca Enfermeiro Abreu; 1 volume c/ 1 panela de alumínio, marca Carolina Pereira; 1 atado com 2 cartões conteúdo ignorado, marca Nascimento; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Ângela M. Abreu; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Carolina P. de Boria (Bissau); 1 cartão com champô arrombado, marca João dos Santos (Bissau); 2 bolsas conteúdo ignorado, marca Lucha (Bissau); 2 embrulhos conteúdo ignorado, marca Enfermeiro Abreu.

Os volumes atrás descritos foram apreendidos a bordo do navio a motor «Cabo Bojador», entrado no porto da Praia em 5 de Novembro de 1984, sob a contra-marca fiscal número cento e doze barra oitenta e quatro e são objectos do processo fiscal n.º 152/84.

E, para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 21 de Março 1986. — O Director, Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes.

(88)

EDITAL

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados os donos, consignatários, ou demais interessados, a despachar as seguintes mercadorias no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei.

1 aparelho de rádio transistor, com a marca Rita Furtaço, entrado no aeroporto da Praia sob a c/m fiscal 87A/83; 1 pacote com peças de motorizada Honda, sem marca, c/m 61A/83; 1 cartão contendo 1 par de guarda pó para roda de auto, marca Adelino A. Silva, c/m 107A/83; 1 farol para auto, marca Francisco, c/m 81A/83; 3 garrafas de Whisky, sem marca, c/m 110A/83 e 117A/82; 1 cartão contendo 2 carreiras e 2 filtros de óleo para auto Peugeot, marca António L. Cortês, c/m 91A/83; 3 carteiras de cigarro Marlboro, marca Dinis Fonseca, c/m 98A/85; 2 carteiras de cigarro Marlboro, marca Luis Ramos, c/m 110A/83; 1 carteira de cigarro Marlboro, marca Judite C. Gomes, c/m 91A/83; 1 carteira de cigarro Camel, marca Lobo, c/m 110/83; 2 dúzias de frascos de perfume, sem marca, c/m 5A/83; 16 frascos de vernizes, sem marca, c/m 5A/83 e 2 filtros de óleo para auto marca Semedo, c/m 110A/83, objecto do processo administrativo n.º 156/85.

E, para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 25 de Março de 1986. — O director, *Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*.

(89)

#### EDITAL

*Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados os donos, consignatários, ou demais interessados, a despachar as seguintes mercadorias no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei.

Sem marca 1 cartão conteúdo ignorado, carta porte n.º 56376541; 1 saco conteúdo ignorado, carta porte n.º 435337175; 1 caixa conteúdo ignorado, 1 cartão conteúdo ignorado, carta porte n.º 73092245; 3 cartãozinhos conteúdo ignorado; 1 pacote conteúdo ignorado, carta porte n.º 3151654; 1 pacote conteúdo ignorado, carta porte n.º 3380893; 1 caixa conteúdo ignorado; 2 volumes peças auto, carta porte n.º 17186385; 1 pacote conteúdo ignorado; 1 cartão conteúdo ignorado; 1 saco conteúdo ignorado, carta porte n.º 25852470; 1 bolsa conteúdo ignorado, carta porte n.º 229603; 1 volume porta de carro, carta porte n.º 0082474; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Alcinda Fortes — M.T.C.; 3 bolsas conteúdo ignorado, marca Domingas Sanches, carta porte n.º 302724; 1 maleta conteúdo ignorado, marca Adelino Ribeiro, carta porte n.º 304575; 1 bolsa conteúdo ignorado, marca Rene Tavares, carta porte n.º 253832; 1 bolsa conteúdo ignorado, marca Soares Patrício, carta porte n.º 183052; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Rodrigues — A.N. Viagens; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Cícero Martins Garcia, carta porte n.º 19327766; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Isidoro Soares de Carvalho, carta porte n.º 3432531; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Danco Air, carta porte n.º 16805924; 1 cartão conteúdo ignorado, marca S. A., carta porte n.º 2124874; 1 atacaçõ amotecedores, marca Aydemir; 1 rolo conteúdo ignorado, marca C.F., carta porte n.º 270219; 1 rolo conteúdo ignorado, marca Director Sá, carta porte n.º 20465410; 2 maletas conteúdo ignorado, carta porte n.º 29189341; 1 pacote conteúdo ignorado, marca C. de Vasconcelos, carta porte n.º 21862190; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Terêncio Alves, carta porte n.º 72041692; 1 cartão conteúdo ignorado, marca S. B. M., carta porte n.º 18809104; 4 cartões conteúdo ignorado, marca Siparco-Dakar, carta porte n.º 87872; 1 caixa conteúdo ignorado, marca Viriato de Barros, carta porte n.º 10021446; 1 cartão conteúdo ignorado, marca A.H., carta porte n.º 30035412; 1 cartão conteúdo ignorado, marca A. Simas, carta porte n.º 289264; 1 maleta conteúdo ignorado, marca Francisco Lopes Moreno, carta porte n.º 267354; 1 cartão conteúdo ignorado, marca S.D.A., carta porte n.º 93400976; 1 pacote conteúdo ignorado, marca Arlindo Pires Monteiro, carta porte n.º 21721173; 1 saco conteúdo ignorado, marca N.S., carta porte n.º 3714139; 1 pacote conteúdo ignorado, marca I.M., carta porte n.º 372526; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Arlindo Silva — Aeroporto do Sal, carta porte n.º 301745; 1 pacote conteúdo ignorado, marca Octávio Costa Silva,

carta porte n.º 23115503; 1 pacote conteúdo ignorado, marca José Monteiro, carta porte n.º 21232816; 1 cartão conteúdo ignorado, marca António S. de Carvalho; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Moisés dos Santos, carta porte n.º 267493; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Alessandro Loretto, carta porte n.º 24639635; 1 cartão conteúdo ignorado, marca Alessandro Loretto, carta porte n.º 11426601; 1 pacote conteúdo ignorado, marca Doutora Luísa Ribeiro, carta porte n.º 26789980; 1 pacote conteúdo ignorado, marca Doutor José A.D. Ramos, carta porte n.º 42518963; 1 bolsa conteúdo ignorado, marca Armando Tavares, carta porte n.º 296749; 1 bolsa conteúdo ignorado, marca José Lopes, carta porte n.º 231311; 1 bolsa, marca Maria Vaz da Veiga, carta porte n.º 304576; 1 saco conteúdo ignorado, marca Leston Bandeira, carta porte n.º 83443523; 2 pacotes conteúdo ignorado, marca Zezé de Nba Renalda, carta porte n.º 302532; 1 pacote, conteúdo ignorado, carta porte n.º 308168, marca Vera Querido; 1 pacote conteúdo ignorado, marca Director J. Cardoso, carta porte n.º 99404476; 1 bolsa conteúdo ignorado, marca Ivo Mendes, carta porte n.º 372267; 1 pacote conteúdo ignorado, marca Estabelecimento Bossa Nova, carta porte n.º 24413211; 1 maleta conteúdo ignorado, marca António da Veiga. Os volumes atrás descritos vieram da ilha do Sal num dos aviões dos Transportes Aéreos de Cabo Verde, cujas datas se ignoram e são objectos do processo administrativo n.º 194/85.

E, para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 25 de Março de 1986. — O director, *Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*.

(90)

#### EDITAL

*Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados o dono, consignatários ou demais interessados, a despachar a seguinte mercadoria no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei.

1 pacote de conteúdo ignorado, com a marca Manuel Spencer, vindo de Lisboa, no navio a motor «Elsie», entrado neste porto em 18 de Dezembro de 1984, sob a c/m fiscal n.º 129/84, objecto do processo administrativo n.º 4/86.

E, para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 21 de Março 1986. — O Director, *Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*.

(91)

#### EDITAL

*Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*, Director da Alfândega da Praia.

Faço saber que nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393, de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados o dono, consignatários ou demais interessados, a despachar a seguinte mercadoria no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei.

1 pacote de conteúdo ignorado, com a marca *Zézinha* e 1 saco de conteúdo ignorado com a marca J.A.M., vindos de Lisboa, no navio a motor «Elsie», entrado neste porto em 5 de Fevereiro 1985, sob a c/m fiscal n.º 6/85, objecto do processo administrativo n.º 5/86.

E, para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, 21 de Março 1986. — O Director, *Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*.

(92)

## ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

## Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia

## EXTRACTO

*Jorge Rodrigues Pires*, notário do Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, Republica de Cabo Verde:

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas número trinta e seis, barra A, de folhas setenta e três, verso a setenta e cinco, se encontra exarada uma escritura de Habilitação Notarial com a data de dezanove de Março do ano de mil novecentos e oitenta e seis, na qual se declara que faleceram na cidade de S. Filipe — ilha do Fogo, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Justina de Sousa Barbosa, filha de Sancho Medina de Sousa, já falecido e de Antónia Justina Medina, de sessenta e um anos de idade, doméstica e António José Barbosa, filho de Manuel José Barbosa e de Maria Socorro Barbosa, ambos falecidos, recebedor aposentado, de setenta e seis anos de idade, os quais eram casados sob o regime de comunhão geral de bens, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição — concelho e ilha do Fogo e residentes que foram na cidade de S. Filipe — Fogo, nos dias nove de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e nove e treze de Outubro de mil novecentos e sessenta e oito, respectivamente, não deixaram testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade; Que deixaram como únicos herdeiros os seus filhos Euclides José Barbosa, casado sob regime de comunhão geral de bens com D. Elsa de Jesus Nascimento Ferreira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição — concelho e ilha do Fogo, residente nesta cidade da Praia; Eugénia Julieta Barbosa, viúva, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição — concelho e ilha do Fogo, residente nesta cidade da Praia; António Sousa Barbosa, divorciado, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição — concelho e ilha do Fogo, residente nesta cidade da Praia; Ana Leonor Barbosa, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição — concelho e ilha do Fogo, residente na cidade de S. Filipe — Fogo; Gisela do Carmo Barbosa, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição — concelho e ilha do Fogo, residente nesta cidade da Praia; Olívio de Sousa Barbosa, casado sob o regime de comunhão geral de bens com D. Maria José da Conceição Lima, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição — concelho e ilha do Fogo, residente habitualmente em Angola e Maria de Lourdes Barbosa Monteiro Cardoso, casada sob o regime de comunhão geral de bens com Olavo de Pina Monteiro Cardoso, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição — concelho e ilha do Fogo, residente habitualmente na cidade do Mindelo — S. Vicente.

Que não há outras pessoas que, segundo a lei, os preferiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Que não há lugar a inventário obrigatório, pois que os referidos herdeiros são maiores e com residência conhecida e que na herança existem bens mobiliários e imobiliários.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos vinte e um de Março de mil novecentos e oitenta e seis. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

## CONTA :

Artigo 18.º, n.ºs 1 e 2 ...	70\$00
C. G. J. (10%) ... ..	7\$00
Taxa de Reembolso ... ..	6\$00
Selos... ..	75\$00
	<hr/>
	158\$00

São: (cento e cinquenta e oito escudos). — Conf. por, *A. Coelho*. — Reg. sob o n.º 2136/86,

(93)

## Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe do Fogo

## CERTIDÃO

*Marcelino José Lopes*, conservador-notário da Região de Segunda Classe do Fogo.

Certifico para efeitos de publicação que no livro de notas para escrituras diversas número duzentos e sessenta e oito existente neste Cartório, a folhas setenta e sete a setenta e oito, se encontra exarada uma escritura de habilitação notarial datada de treze de Março do ano em curso, celebrada por óbito de Maria Agostinha Nova Cardoso Silva, natural que foi da freguesia de S. Lourenço do concelho do Fogo, no estado de solteira, ocorrido no dia dez de Julho de mil novecentos oitenta e dois, em Oslo — Noruega, sem deixar testamento e nem qualquer outra expressão da sua última vontade.

Mais certifico que na dita escritura foram declarados únicos herdeiros, os pais, Pedro Barbosa da Silva e Firmina Cardoso Silva, casados, proprietários, naturais da freguesia de S. Lourenço do concelho do Fogo, ambos residentes nesta cidade de S. Filipe.

Que não há outras pessoas que segundo a lei a preferiram ou que com eles possam concorrer à sucessão.

É certidão que fiz extrair do livro já referido e está conforme.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Fogo, aos dezoito dias do mês de Março do ano de mil novecentos e oitenta e seis. — O conservador-notário, *Marcelino José Lopes*.

## Conta n.º 60/86.

Art. 18.º 1 e 2 ... ..	70\$00
C. G. Justiça ... ..	7\$00
T. Reembolso ... ..	6\$00
Selos ... ..	45\$00
	<hr/>

Soma ... .. 128\$00

(São: cento e vinte oito escudos).

(94)